



Ataques constantes aos direitos trabalhistas destroem lentamente as conquistas dos bancários

“Direitos previstos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estão sendo desrespeitados sob o argumento da modernização e estímulo à geração de emprego.”

Após décadas de avanços e conquistas de direitos, os trabalhadores de todo o país vêm enfrentando graves ameaças. A liberação da terceirização e a Reforma Trabalhista foram apenas os primeiros ataques que pioraram a situação do emprego e a precarização das condições de trabalho. Direitos previstos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estão sendo desrespeitados sob o argumento da modernização e estímulo à geração de emprego.

Para o movimento sindical, tal circunstância representa um retrocesso que prejudica a saúde dos trabalhadores e a garantia de um trabalho digno, com salário justo e condições adequadas, a todos os brasileiros. Dentro deste contexto, os bancários lutam para amenizar os efeitos desses ataques e conseguiram renovar a Convenção Coletiva de Trabalho por 2 anos. No entanto, novas legislações e medidas continuam a ameaçar nossos direitos.

A aprovação da Reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados praticamente acaba com o direito do trabalhador se aposentar. Os bancários dificilmente permanecem dentro de uma agência até 62 ou 65 anos. Antes disso, são acometidos por doenças ocupacionais ou dispensados pelo banco, que está interessado em contratar alguém mais jovem para pagar salários menores.

A MP 881 piora este cenário ao autorizar a abertura dos bancos aos finais de semana. A medida desrespeita a jornada de trabalho do bancário e prejudica a saúde e a segurança dos trabalhadores. O texto já foi aprovado pela Comissão Mista do Congresso e será apreciado no plenário da Câmara e do Senado.

Em contrapartida, os cinco maiores bancos do país registram lucros históricos e continuam reduzindo o quadro de pessoal, com demissões e reestruturações. Os bancários que atuam nos bancos públicos ainda enfrentam processos de enfraquecimento dessas instituições e o risco da perda de direitos com a privatização.

A categoria precisa estar atenta a essas ameaças para impedir que décadas de lutas e conquistas sejam descartadas pelos banqueiros e empresários do ramo financeiro.

Diante de uma conjuntura tão desfavorável, o sindicato conta com o apoio dos trabalhadores para permanecer firme na missão de proteger os bancários e resguardar seus direitos.

Por: Neide Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Grande-MS e Região



Com reforma da Previdência, bancário pode ficar sem a aposentadoria

De acordo com Censo da Diversidade, da Fenaban, bancários com 55 anos e mais representavam apenas 6,9%

Ao contrário do que anuncia o governo federal, a Reforma da Previdência não combate privilégios, mas agrava desigualdades sociais, dificultando o acesso à aposentadoria. Exigência de idade mínima e redução do valor do benefício são algumas das mudanças.



De acordo com o secretário de Assuntos Jurídicos do SEEB-CG-MS, Orlando de Almeida Filho, o método que o governo adotou para apresentar a proposta de Reforma da Previdência é equivocado

porque não apresenta diálogo com a sociedade.

“Corremos o risco de ter uma reforma aprovada sem o amplo debate com a sociedade, assim como aconteceu com



a reforma trabalhista. Outro elemento preocupante é que essa proposta não dialoga com as reais necessidades da população brasileira, especialmente da população mais pobre, mais vulnerável, das mulheres e sobretudo da juventude”.

“Também criticamos o governo por colocar a conta para os trabalhadores. Não há um debate com os grandes devedo-

Retrocesso: Medida Provisória autoriza abertura dos bancos aos finais de semana

O Banco Santander já tentou implantar essa prática alegando que o trabalho era “vontário”

A Medida Provisória 881 prevê uma série de alterações na legislação trabalhista que vão prejudicar ainda mais o trabalhador. Uma delas pode afetar diretamente os bancários: a autorização do trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de permissão prévia do poder público.

O relatório também revoga a Lei 4.178/62, que veda a abertura de bancos e outros estabelecimentos de crédito aos finais de semana. Portanto, ameaça a jornada de trabalho dos bancários, que garante folga aos sábados, conforme previsto no artigo 224 da CLT e na cláusula 8ª da CCT da categoria.



Para o secretário de Esportes e Lazer do SEEB-CG-MS, Edvaldo Barros, a medida representa um retrocesso e a perda de um direito conquistado há 57 anos. “O atual gover-

no para ter apoio na MP 881 usa os mesmos argumentos quando da aprovação reforma trabalhista aprovada em 2017, que era para gerar empregos, e que na prática não

aconteceu. Será um prejuízo enorme aos trabalhadores, que afetará o convívio familiar e social devido ao trabalho aos sábados, domingos e feriados. No caso dos bancários, é uma conquista histórica da categoria e que hoje vemos uma ameaça de retirada desse direito”.

A mudança na legislação também pode colocar em risco a segurança dos bancários, uma vez que o movimento nos arredores das agências bancárias é menor nos finais de semana devido ao fechamento do comércio e outros estabelecimentos.

A MP é resultado da pressão das instituições financeiras. Recentemente, o Santander convocou os bancários para trabalharem de forma “voluntária” aos sábados. O sindicato repudiou a medida e, por meio de uma audiência intermediada pelo Ministério Público do Trabalho, conseguiu que o banco revogasse o projeto.



A presidente do SEEB-CG-MS, Neide Rodrigues,



res, que são as grandes empresas, os bancos, os detentores de grandes fortunas. O rombo fica para os trabalhadores, que serão os mais penalizados”, ressalta Orlando.

Ao acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição e determinar a idade mínima, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, o texto aprovado em 1 turno pela Câmara dos Deputados praticamente impede que

trabalhadores com mais de 30 anos, com destaque para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 7.212 postos de trabalho. E de acordo com Censo da Diversidade, da Fenaban, bancários com 55 anos e mais representavam apenas 6,9% da categoria em 2014.

O tempo mínimo de contribuição permanece em 15 anos. Mas para receber o valor integral da aposentadoria, os homens terão que contribuir por 40 anos e as mulheres por 35 anos. Mudanças no cálculo do benefício também prejudicam os trabalhadores. Atualmente, a aposentadoria é calculada sobre as 80% maiores contribuições, e as 20% menores são descartadas, o que melhora a média. A Reforma da Previdência considera todas as contribuições no cálculo do benefício, reduzindo o valor da aposentadoria.

Orlando de Almeida Filho explica que o sindicato junto com movimentos sociais e populares vem denunciando esses perigos por meio de manifestações, além da formação de comitês e pressão sob a bancada federal de MS, composta por oito deputados federais e três senadores.

“A gente continua pressionando para que mudem seus votos e votem contra esse modelo. Tivemos vitórias como a retirada da capitalização e a diferenciação para o trabalhador rural. É por isso que o nosso sindicato e os sindicatos que representam outras categorias precisam continuar fortes, com número considerável de filiados, para mostrar nossa força, pressionar políticos e evitar retrocessos tão grandes”, destaca o secretário de Assuntos Jurídicos.

O texto-base da Reforma foi aprovado, em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados no dia 10 de julho, com 379 a favor e 131 contra. A votação em segundo turno está prevista para o dia 6 de agosto. Se passar na Câmara, o texto segue para o Senado.

ESSES SÃO OS DEPUTADOS DE MS QUE VOTARAM CONTRA A SUA APOSENTADORIA



Beto Pereira (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados) Dr. Luiz Ovando (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados) Fábio Trad (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados) Loester Trutis (Acervo Câmara dos Deputados) Rose Modesto (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados) Tereza Cristina (Cleia Viana/Câmara dos Deputados)



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPO GRANDE-MS E REGIÃO

Rua Barão do Rio Branco, 2652
Jardim dos Estados - Campo Grande
(67) 3312-6100

NEIDE RODRIGUES
presidente

VICENTE CLEBER AIRES RODRIGUES
secretário de Imprensa e Comunicação

TATIANA MARTINS
jornalista responsável - MTB/MS 107

E-mail: imprensa@sindicario.com.br
Site: www.sindicario.com.br

Privatização dos bancos públicos ameaça emprego dos bancários e desenvolvimento do país

As ameaças aos bancos públicos são constantes e o governo federal vem intensificando as medidas de precarização e enfraquecimento dessas instituições, com o objetivo de convencer a população sobre a necessidade de privatizá-las.

A equipe econômica do atual governo já vendeu R\$ 16 bilhões de ativos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, conforme dados divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo no dia 23 de julho deste ano.

Relatório do Dieese indica que os bancos públicos que, em momentos anteriores, atuaram de forma anticíclica no intuito de incentivar a economia do país (como, por exemplo, durante a crise financeira mundial de 2008-2009), atualmente vêm reduzindo gradativamente a concessão de crédito e sua participação nesse mercado.

Pela primeira vez desde 2009, a Caixa Econômica Federal reduziu a participação no mercado de crédito, de 22,4%, em 2017, para 21,0%, em 2018. No entanto, foram as operações de crédito do Banco do Brasil que menos cresceram entre as cinco instituições, com alta de apenas 1,8%, atingindo R\$ 697,3 bilhões. Ainda conforme o Dieese, a participação do BB nesse mercado tem se reduzido desde 2015, quando era de 20,4%, até atingir 18,5%, em 2018.

A Caixa vem sofrendo ataques como a privatização das áreas rentáveis e estratégicas, a exemplo das loterias; a retirada da instituição do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e a redução do quadro de empregados da Caixa, por meio do Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Entre 2012 e 2018, houve redução de 7.974 postos de trabalho na instituição, conforme dados do Dieese.

O Banco do Brasil passou por reestruturações e eliminou 17.293 vagas nos últimos sete anos. “No Banco do Brasil, estamos enfrentando fechamento de agências, reestruturação de cargos, criação dos escritórios digitais, ativação do trabalho “home office”, entre outras situações que prejudicam a situação do bancário”, explica o secretário geral do SEEBCG-MS, Rubens Jorge Alencar, que é funcionário do BB.



A privatização dos bancos públicos provoca a precarização das condições de trabalho e prejudica toda a população brasileira. “Na área social, o impacto vai ser muito grande porque o

banco privado só visa o lucro. São os bancos públicos que fomentam a economia nas cidades do interior, garantem o acesso ao crédito, e ainda possibilitam investimentos em diversas áreas, como a agricultura e a pecuária, com juros menores que os bancos privados”, explica o secretário geral do sindicato.

Dos R\$ 27 bilhões movimentados em operações de crédito em Mato Grosso do Sul, 90% (R\$ 24,7 bilhões) são de bancos públicos. Vale ressaltar ainda que o montante de R\$ 9,7 bilhões é referente ao crédito rural, sendo 88,4% das operações (R\$ 8,6 bilhões) realizadas por bancos públicos. Ou seja, além dos programas sociais como FIES e “Minha Casa, Minha Vida”, bancos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil garantem o desenvolvimento do agronegócio do Estado.

Defender os bancos públicos contra a privatização significa, portanto, defender o desenvolvimento do país, com menos desigualdade.

Bancários também podem perder planos de saúde

Os bancários que atuam nos bancos públicos ainda correm o risco de perder direitos conquistados há décadas como o Saúde Caixa. Mudanças no Estatuto do banco e resoluções da CGPAR reduziram os recursos destinados à saúde dos empregados e impedem que os novos empregados participem do plano existente. O plano de saúde já não é mais obrigatório aos trabalhadores contratados após 31 de agosto de 2018.

A manutenção da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) também preocupa devido ao aumento do déficit e reajustes consecutivos da coparticipação. Relatório financeiro divulgado em março deste ano mostra que, em 2018, a Cassi registrou prejuízo de R\$ 377,7 milhões, rombo 83,2% maior do que o registrado em 2017.

Desde o dia 22 de julho deste ano, a Cassi está sob intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) devido ao descumprimento de indicadores econômico-financeiros acompanhados pela agência reguladora. A ANS vai analisar a situação da Caixa de Assistência dos Funcionários do BB e determinar a apresentação, pela Cassi, de um plano para sanar a situação econômico-financeira.